

Pobre transferiu renda a rico

SÃO PAULO — A década de 80 é conhecida pela estagnação econômica provocada pela inflação elevada e, por consequência, queda de investimentos e recessão. Nesses dez anos, porém, houve um fenômeno adicional: a transferência da renda das camadas com menor poder de compra, os mais pobres, para as mais ricas da população. O total da renda brasileira manteve-se praticamente igual nesse período e, como os mais ricos se protegem contra a inflação no mercado financeiro e indexando preços, acabaram se apoderando de fatias maiores do mesmo volume de bens. Apenas como referência, as contas dos economistas apontam para uma troca de mãos de cerca de US\$ 70 bilhões.

“Isso acontece porque o pobre tem menos meios de proteger seus ganhos”, afirma o economista Roberto Macedo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Economia. “O pobre carrega mais dinheiro no bolso e não tem acesso ao FAF e aplicações financeiras. O

rico se protege e é beneficiado pelas altas taxas de juros do governo”. Segundo Paulo Mallmann, diretor-financeiro do Banco BMC, essa concentração de renda ocorreu de forma mais dramática entre 1980 e 1990, período em que a inflação passou de 15% ao ano para 1.500%. “Em 1980, os 1% mais ricos ganhavam duzentos, enquanto os 40% mais pobres ficavam com apenas metade disso”, afirma.

A transferência de renda pode ser vista por levantamento do IBGE que mostra que os 20% mais ricos da população passaram a controlar uma fatia de 66,1% da renda nacional em 1990, contra 63,2% em 1980. Os 20% da população que ficam imediatamente abaixo do topo da pirâmide passaram a deter 17,6%, contra 17,1% em 1980. Também em 1980, 50% do PIB eram representados por salários e os outros 50% por rendas do capital. Essa proporção está agora em 40% para salários e o restante para capital. “Essa transferência se dá em um campo de jogo em que o

governo fica no meio de campo dessa troca de chumbo entre ricos e pobres”, acrescenta Roberto Macedo.

Bancos — Outro processo de transferência da riqueza (riqueza que não cresce por causa da inflação e acaba provocando essa troca de drenagem de recursos entre setores sociais) se dá mediante a cobrança do chamado imposto inflacionário. De acordo com Paulo Mallmann, o índice de imposto inflacionário hoje é de 5% ao ano. “Isto gera uma perda de US\$ 15 bilhões por ano”, estima. A sociedade possui cerca de US\$ 6,5 bilhões em depósitos à vista e dinheiro no bolso. Sobre esse valor paga-se US\$ 2,3 bilhões por mês, ou US\$ 27,6 bilhões depois de um ano. Desse bolo, 70% ficam com o governo, que emite o dinheiro. “O restante é apoderado pelos bancos, que administram esses recursos”, acrescenta Mallmann. “A parte maior do bolo é apropriada pelo governo para financiar seus gastos”.